

# Os recortes temáticos, dimensões teóricas e metodológicas das pesquisas para a história do Piauí, de Odilon Nunes

## Theory topics, theoretical and methodological dimensions of research for the history of Piauí, by Odilon Nunes

**Pedro Thiago Costa Melo**

Professor da Secretária Estadual de Educação (SEDUC-PI) e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI)

**Resumo:** Este artigo analisou subsídios dos recortes temáticos, dimensões teóricas e metodológicas das *Pesquisas para a história do Piauí*, de Odilon Nunes. Concluímos que, quanto aos recortes temáticos, constatou-se basicamente temas ligados à economia, à sociedade, à administração e outros relacionados ao que se poderia, grosso modo, chamar de estrutura do Estado, todos permitindo compreender a formação econômica e social do Piauí desde o período colonial. Quanto as dimensões teóricas e metodológicas é possível afirmar ser um positivista, no sentido do rigor documental, como a imperiosa necessidade de provar aquilo que se afirma em fontes escritas e de busca de uma aproximação perfeita como real. É difícil inserir a escrita de Nunes em uma única perspectiva historiográfica, isso porque nas referências utilizadas para a elaboração das *Pesquisas para História do Piauí* encontram-se autores de distintas vertentes historiográficas, filosóficas e literárias.

**Palavras-chave:** Recortes temáticos. Dimensões teóricas. Metodológicas. Pesquisas para a história do Piauí.

**Abstract:** This article analyzed the thematic cuts, theoretical and methodological dimensions of the Researches for the history of Piauí, by Odilon Nunes. We conclude that, regarding the thematic cuts, it was found basically themes related to the economy, society, administration and others related to what could, roughly, be called the structure of the State, all allowing to understand Piauí's economic and social formation since the colonial period. As for the theoretical and methodological dimensions, it is possible to claim to be a positivist, in the sense of documentary rigor, as the imperative need to prove what is stated in written sources and the search for a perfect approximation as real. It is difficult to insert Nunes' writing in a single historiographical perspective, because the references used for the elaboration of the Research for History of Piauí include authors from different historiographic, philosophical and literary strands.

**Keywords:** Thematic clippings. Theoretical dimensions. Methodological. Research for the history of Piauí.

## Introdução

O maior historiador da história do Piauí, Odilon José Nunes, nasceu no interior do Piauí, na cidade de Amarante, no dia 10 de outubro de 1899 e faleceu em 22 de agosto de 1989. Imortal da Academia Piauiense de Letras (APL), na cadeira 34, do patrono Anísio Brito, que tudo tem a ver com ele. Afinal, não existe trabalho mais calcado em fontes primárias e oriundas do arquivo público do Piauí (casa Anísio Brito), do que sua vasta produção historiográfica, sobretudo das Pesquisas para história do Piauí, sua obra principal, que merecem toda atenção e reflexão dos historiadores (as) que se debruçarem a cerca da história do Piauí.

Para Queiroz (2009), as pesquisas que queiram ter como objeto a produção historiográfica de Odilon Nunes terão, sob pena de grave omissão, de demonstrar as dimensões metodológicas, sua discussão acerca da verdade histórica, recortes temáticos e interpretativos. Recortamos essas pretensões para alguns pontos que levou ao surgimento do seguinte problema: que recortes temáticos, dimensões teóricas e metodológicas podemos apontar nas Pesquisas para a história do Piauí, de Odilon Nunes?

Pois bem, este artigo se propõe a responder esse problema. Para isso, metodologicamente, recorreu-se a pesquisa bibliográfica, tomando como base as Pesquisas para a história do Piauí, seus 4 volumes.

## Recortes temáticos

A relação com a geografia é percebida ao começar a ler as *Pesquisas para história do Piauí*. Em *Pré-história. Primeiros contatos com a terra*, tema inaugural tratado por Odilon Nunes, há uma descrição geral do ambiente. Desde os rios piauienses, as passagens, até a vegetação. Foi essa geografia que propiciou a colonização (NUNES, 2007a). Os primeiros contatos são tidos em geral pelo fato de o Piauí ser ponto de passagem de vários colonizadores, desde padres a aventureiros. Descreve o estado social dos índios no Piauí, que eram pouco desenvolvidos em relação aos povos Astecas, Incas e Maias.

Quando trata as bandeiras, assevera que foram suspensas devido às invasões de franceses, holandeses e ingleses. No longo litoral, só apenas em 1655 se organizaram novas bandeiras. Insere a participação do Piauí na luta pela consolidação da posse da terra no Brasil colonial. Neste ínterim, os franceses - via Piauí - entram em contato com os índios da Serra da Ibiapaba. As alianças entre índios e invasores e a reconquista, em 1613, feita por Jerônimo Albuquerque e Soares Moreno, na expulsão dos franceses são descritas. Para Odilon Nunes, os jesuítas foram os que permi-

tiam a comunicação no interior da colônia, pois estabeleciam paz com os aborígenes. Faz menção a viagem de Gabriel de Soares e Sousa pelo rio Parnaíba. Encerra descrevendo que antes de 1687 já há conquistas no Piauí, feitas por paulistas.

Após essa Pré-história, temos *Os Primórdios da Colonização os Primeiros Currais*, no qual é tratada a prioridade da colonização, que para Odilon Nunes é atribuída ao bandeirante paulista Domingos Jorge Velho. As missões protegiam os nativos, o que desagradava os curraleiros que queriam sua escravização (NUNES, 2007a). Atribui a Rocha Pita, que é contemporâneo às incursões, o veredito para obter a verdade dos fatos. Assim, atribui a Domingos Jorge Velho a premissa na conquista do Piauí. Solidificando essa afirmação com o documento deixado pelo bandeirante. Francisco Dias da Siqueira é adjetivado como o devassador do Sul do Piauí. Assim, estava oficialmente descoberto o Piauí. Foram os protagonistas destes feitos vaqueiros e bandeirantes. Odilon Nunes considera *Descrição do Sertão do Piauí*, de autoria do padre Miguel de Carvalho, o mais precioso documento seiscientista referente ao Piauí.

Em 1697, na residência de Antônio Soares Touguia, na Fazenda Tranqueira, situada às margens do riacho Tranqueira, afluente do rio Canindé, o padre Miguel de Carvalho reúne moradores para eleger o local para a construção da igreja Nossa Senhora da Vitória. Foi escolhido se construir no brejo da Mocha. Tomé de Carvalho e Silva coroado o novo Cura. Odilon Nunes acredita que a colonização do Piauí foi realizada através do rio Canindé, apropriando neste ponto a visão de Miguel de Carvalho. Depois dessa fase conquistadora, o bandeirante se sedentariza e forja-se o curraleiro. Em rápido decurso do século XVII, os vaqueiros realizaram um milagre, venceram as barreiras e solidificaram a colonização. Os conflitos entre posseiros e sesmeiros já são colocados em cena. Há registro da ofensiva dos concessionários da Casa da Torre, que não aceitavam a construção da igreja N.S da Vitória, pois vislumbravam seu poder ameaçado. Tomé de Carvalho se refugia com Miguel de Carvalho que lhe ajuda na reorganização da empresa religiosa. Odilon Nunes coloca tais latifundiários como egoístas e brutos, perturbando as missões e tudo mais, faziam porque acreditavam estar à margem da lei, num ambiente sem lei. Várias denúncias são feitas em virtude destes desmandos.

Em *Colonização e ausência de governo (1701- 1759)*, Odilon Nunes história a luta pela posse definitiva da terra (NUNES, 2007a). Neste período, há ainda guerras tribais, mas apenas resquíscios. Nesta parte, a posse da terra se caracteriza em torno do conflito entre posseiros e sesmeiros. Para Odilon Nunes essa questão tem seu lado positivo, pois propiciou a anexação do Piauí ao Maranhão no espectro temporal. Assim, teve como consequência o estabelecimento da primeira Vila e sua

elevação à Capitania. Miguel de Carvalho foi porta-voz da causa dos posseiros em Lisboa. Pedia que o Piauí ficasse sobre jurisdição do Maranhão, devido a sua proximidade, permitindo diminuir os desmandos pela falta de lei. Mas de fato o motivo era que os padres e os posseiros queriam fugir do foro da Bahia e Pernambuco, nos quais os sesmeiros dispunham de grande influência. Em carta de 1700 é anexado o Piauí ao Maranhão. Contudo, esse fato encontra dificuldade devido à indefinição geográfica. O Sul do Piauí continuou sob a influência econômica da Bahia e Pernambuco. O Ceará reivindicava dízimos, na região Norte do Piauí, pois se julgavam conquistadores da região. A Carta de 1702 determinava a demarcação de terras no prazo de dois anos, sob a pena de ficarem devolutas. Mais um capítulo das contendas pela posse definitiva da terra no Piauí.

Para Odilon Nunes, Domingos Afonso Mafrense tem atitude contraditória ao deixar seus bens em testamento aos jesuítas. Bens que deram aos jesuítas status de grandes latifundiários no Piauí, propiciando dividendos para realizarem obras sociais. Dentre os temas colocados, a sublevação geral dos tapuias do Norte, em 1712, é tratada. Capitaneado por Mandu Ladino, que retardou a instalação da Vila da Mocha. Neste evento se destaca Bernardo de Carvalho como sufocador da sublevação. Em 1717, é instalada a Vila da Mocha. Um ano mais tarde, em 1718, é instalada a Capitania do Piauí, mas somente após quatro décadas, em 1759, toma a posse o primeiro governador, João Pereira Caldas. Odilon Nunes afirma que pacificados os caminhos deveria o Piauí experimentar um progresso, mas a dimensão territorial enorme e sua baixa densidade demográfica foram obstáculos a esse progresso, obtendo-se apenas um comércio local, em face das deficiências das vilas e da falta de infraestrutura, como relatado pelo ex-governador do Maranhão João Maia da Gama.

Cria-se o cargo de ouvidor-geral da Capitania do Piauí. Em 1730, o Piauí é anexado ao Maranhão na questão espiritual, desligando-se do bispado de Pernambuco. Para Odilon Nunes a aglutinação do território, num todo homogêneo próprio, foi o que permitiu sua unificação. Nesse ponto, Mafrense e os Jesuítas são os beneméritos, preparando para se erigir a Capitania. Apesar das tentativas de apaziguar o domínio pela terra (as denúncias de Maia da Gama, da Câmara da Mocha, em 1743, e a Provisão de 1744, que punha que as sesmarias concedidas não ultrapassassem três léguas) a situação não mudaria no Piauí. A Provisão de 1753 foi favorável aos posseiros. Apesar de manter as posses dos sesmeiros, mas em verdade o problema das terras continua.

Em *Primeiros governos*, Odilon Nunes relaciona a administração do primeiro governador do Piauí, João Pereira Caldas, com a questão geopolítica (NUNES,

2007a). A definição territorial fica acordada pelo tratado de Madri (1750). Assim, transferia o Território das Missões para o Brasil Colônia. A fixação das Missões impedia a expansão territorial. Os políticos responsabilizavam os jesuítas pela resistência. Ademais, em 1758, o rei D. José sofrera um atentado. O Marquês de Pombal realiza devassa em que os jesuítas são citados. Isso motiva a ordem de sequestro de seus bens e sua expulsão, em 1759, mesmo ano em que Pereira Caldas toma posse como governador do Piauí. Devido ao ato de Pombal, a administração das reduções passaria para os civis. No Piauí, tal fato de confirma com a nomeação de Caldas. Sua principal iniciativa era a criação de vilas e o regimento de uma Cavalaria. Em 1760, através de Carta Régia, Pereira Caldas sequestra os bens dos jesuítas no Piauí, bem como ratifica sua expulsão. O novo governador se depara com freguesias pouco desenvolvidas e relata à Corte que apenas Parnaguá e Santo Antônio do Surubim tinham condições para ser erigidas em Vilas. Cria-se uma estrutura administrativa, Secretaria de Governo, almoxarifado e demais providências. A Carta Régia 1761 dá ordem para fundar seis Vilas. Caldas descreve a dificuldade para formar força armada no Piauí, devido a costume antigo da falta de discriminação racial. Em 1762, são fundadas as primeiras vilas: Parnaguá, Jerumenha, Campo Maior, Parnaíba, Marvão e Valença.

Gonçalo Lourenço Botelho de Castro assume o governo no Piauí em 1769. Neste período, a Vila de São João da Parnaíba recebe o empreendedor de charque João Paulo Diniz, em 1770, antecedendo Domingos Dias da Silva, que se estabelece dois anos depois, em 1772.

Em *Oligarquia indígena contra delegados de el-rei*, Odilon Nunes aponta que as nomeações dos governadores no Piauí sempre eram de estrangeiros, prova do pouco interesse para com a Capitania (NUNES, 2007a).

A partir de 1770, o Piauí foi governado por juntas trinas. Durante 22 anos não houve estabilidade de governo, devido a sua alta rotatividade. Em 1797, toma posse o novo governador, João de Amorim Pereira. Odilon Nunes faz referência à seca de 1792, que muito contribuiu para o aumento demográfico devido às migrações. A primeira demonstração dos patricios contra os delegados do rei foi a prisão do ouvidor Durão. Neste ínterim, a Colônia Brasil já passava por mudanças. A importância do Brasil já se fazia sentir na Metrópole sob o espectro cultural. Com a nomeação de D. Rodrigo de Sousa Coutinha para secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, houve proteção de brasileiros ilustres, juntando-se jovens intelectuais para o desenvolvimento do Brasil. Folhetins são produzidos e divulgados nas capitanias, inclusive no Piauí. Coube a Dom Amorim a propagação desses estímulos na Província. Desde então, todos se interessavam pelo

desenvolvimento local, lutando para a criação de uma alfândega, além das desposar ideias de se mudar a capital para as margens do Parnaíba. Houve intensa agitação, mas não passou disso.

Esses intelectuais brasileiros incendiaram o ânimo dos patriotas que promoveriam a emancipação política do Brasil, revigorando e criando uma consciência cívica. Nesse período, a economia brasileira já era superior à de Portugal. Odilon Nunes dá destaque ao Governo de Carlos César Burlamaque (1806-1810), que em sua análise foi uma dos mais profícuos. Burlamaque deixa o Governo devido a intrigas da elite local e à opressão do capitão-general do Maranhão, que tudo fez contra a intenção do governador de libertar o Piauí do julgo maranhense. No governo de João de Amorim, embarcações francesas são rechaçadas no litoral. Em 1808, a Corte transfere-se para o Rio de Janeiro. Decreto de 1811 estabeleceu o governo militar no Piauí, e Carta Régia de 18 de outubro do mesmo ano criou o governo civil e isentou por completo o Piauí da jurisdição do Maranhão, sendo os governadores das capitânias também os comandantes das armas até 1821, quando se criam os comandos das armas, sujeitos às cortes portuguesas. Na administração de Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos (1814), a província piauiense foi noticiada sobre a Revolução de 1817, em Pernambuco. O Piauí fecha as fronteiras e cessa todo o comércio com Pernambuco. Neste período cria-se a Alfândega de Parnaíba, que só funciona após a independência. As intrigas com a elite local fizeram Botelho balançar no poder, pois havia no Piauí “uma oligarquia a impor seu domínio tirânico de modo ilimitado, e que tinha por finalidade usufruir vantagens de ordem pessoal” (NUNES, 2007a, p. 182).

Odilon Nunes já relata a preparação para o processo de independência. Narra que em pouco tempo, Botelho sofre atentados e enfrenta, com efeito, um clima hostil na capitania, o que faz com tenha a saúde deteriorada e peça transferência para outra função. É substituído por Elias Ribeiro de Carvalho, este que seria o último governador nomeado pela Coroa. Elias chega ao Piauí em 1819, já sob o clima de agitação causado em todo o Brasil em face da Revolução do Porto (1820) e à formação de juntas governativas que se criaram em várias províncias, como na Bahia, conforme o espírito constitucional.

Nesse cenário, destacada é a atuação de Antônio Maria Caú, o principal agitador em Oeiras. Sob a alegação que Elias não queria jurar a constituição que emanava das Cortes tramaram contra ele e queriam implantar uma Junta Governativa. Amorim reagiu mandando prender o líder dos agitadores. Apesar da prisão de Caú, o clima continuava tenso. Sabem-se das notícias do *fico* de D. Pedro. Começa a eleição para a escolha de deputados para as Cortes de Lisboa, ao mesmo tempo em que

se julgava ilegal o governo de Elias, exigindo-se uma Junta Provisória. Com o Decreto de 29 de setembro 1821, o clima exacerba-se. Elias cai e é jurada a Constituição de Lisboa. Forma-se uma Junta Provisória.

É no volume 2 das *Pesquisas* que Odilon Nunes mergulha com vagar no processo de emancipação política (NUNES, 2007b). As interlocuções com a história do Brasil são percebidas. As primeiras manifestações nativistas ocorrem na região de Minas. Entretanto, neste período, o terreno não estava pronto para uma ideia de nação soberana. O Brasil já dispunha de certa riqueza, mas era difusa. Isso em todas as searas, inclusive na cultural. Em fins do século XVII, o Brasil já dominava o comércio, com a quase exclusão de Portugal. Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, a abertura dos portos e o alvará que autoriza os brasileiros a estabelecer manufaturas, cria-se clima de desenvolvimento. Segundo Odilon Nunes, estava iniciado o processo de independência. Dom João funda colégios, investe na educação, na abertura de estradas, eleva o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal. Urgem talentos e assim investem-se nas ciências e nas artes. Forma-se uma elite no Brasil, rica e preparada. Suas leituras se avolumavam, a independência era certa.

No Piauí, intelectuais como doutor João Cândido de Deus e Silva, Simplício Dias da Silva e padre Marcos de Araújo Costa preparam o terreno em que surge a chama separatista. Em São Paulo, a liderança e a arquitetura da revolução ficam a cargo de José Bonifácio de Andrada. Odilon Nunes põe a visão de Euclides da Cunha em sua narrativa, aonde é entendido o rei Dom João como o fator de unidade nacional. Já para Oliveira Vianna, a permanência de Dom Pedro e a força catalisadora da realeza foi o que não causou a desintegração do território.

A Revolução do Porto (1821) trouxe o sopro das ideias liberais. A mística constitucionalista torna-se geral. A Revolução de 1817, em Pernambuco, é tributária desse clima. Nestas agitações surgem os representantes republicanos e os monarquistas liberais. As Vilas de Parnaíba e Campo Maior eram os centros irradiadores dessas agitações. No dia 7 de maio de 1821, o Piauí presta juramento de obediência à Constituição de Lisboa e logo depois realiza eleições para deputados às Cortes Portuguesas. Elias Carvalho, presidente da província no Piauí, cede às pressões liberais em setembro de 1821, depois de muitos pasquins e conspirações. Em 24 de outubro do mesmo ano, elege-se uma Junta Governativa Provisória. O presidente, doutor Francisco Zuzarte Mendes Barreto, o vice, brigadeiro Manuel de Souza Martins e o capitão Francisco de Souza Mendes, como secretário.

Para Odilon Nunes, as ideias emancipatórias, em 1821, eram vistas apenas como republicanos. Assim, olhadas como perigo à unidade nacional. O que de fato se queria era a não redução do Brasil à simples condição de Colônia. Predomina-

vam ideias de liberais monarquistas. As rendas da província do Piauí dispunham de um saldo líquido apreciável. As fazendas do Fisco e a pecuária rendiam satisfatoriamente. Nesse contexto, já se percebe comércio de produtos agrícolas, apesar de serem secundários. Com os decretos de 29 de setembro de 1821 houve grande clamor. Estes decretos devolviam o Brasil à condição de Colônia, davam nova organização administrativa às províncias, cujos governos ficariam submetidos diretamente a Lisboa. Os decretos também exigiam a volta de dom Pedro a Portugal. No Piauí, a consequência foi à eleição de nova junta, tendo sido nomeados o vigário-geral Manuel Pereira da Costa, presidente; capitão Francisco de Sousa Mendes, secretário. Depois, o governo das armas foi entregue a João José da Cunha Fidié.

O decreto de 3 junho de 1822 chama para a formação de uma Assembleia Geral Constituinte do Brasil. Este decreto exacerba os ânimos em toda as regiões. No Piauí não foi diferente. Parnaíba adere à causa em 19 de outubro 1822. Fidié, determinado, marcha a Parnaíba para sufocar o movimento. Odilon Nunes se detém na incoerência política de independência do Brasil ao manter fidelidade ao rei de Portugal Dom João VI. Isso era para se manter a unidade nacional. As Cortes, irritadas, exigem que Dom Pedro obedeça, ameaçando-o de fazê-lo perder a Coroa portuguesa. Como isso, Dom Pedro, enfim, rompe com Portugal e proclama a independência, no dia 7 setembro de 1822.

Com a proclamação de Parnaíba, Fidié marcha a fim de sufocar os liberais, que fogem para o Ceará. Em Oeiras, saqueia-se a Casa da Pólvora. O padre José Joaquim Monteiro de Carvalho, fiel às causas portuguesas, percebe o clima de desordem e faz representação, pedindo apuração. A capital Oeiras capitula e adere à causa e Fidié regressa para combater mais esse motim. De regresso, ocorre a Batalha do Jenipapo, em Campo Maior, com perdas significativas para Fidié. Ganhou a batalha, mas saiu enfraquecido. Depois há toda a consolidação da independência, com a prisão do militar português, em Caxias, no Maranhão.

Para Odilon Nunes, após as guerras de independência, tem-se um novo panorama: a ordem. Há crise econômica após as lutas. A agricultura paralisa e têm-se muitos saques. O governo imperial não auxiliou as províncias, o que causou descontentamento, principalmente no Norte do Império, como em Pernambuco. No Piauí, Campo Maior era o centro das ideias republicanas. Os próceres da luta pela independência, como João Cândido e Simplício Dias da Silva, optam em apagar a chama republicana e aderiram à monarquia constitucionalista. Após a independência, a Junta Governativa era a mesma, então se nomeiam pessoas de autoridade e respeito. No Piauí, escolhe-se Simplício Dias da Silva. Enquanto isso, no Brasil a dissolução da Constituinte de 1823 provoca ódios. O Piauí mantém-se neutro. Apenas Campo

Maior e Marvão causavam apreensões com este caldo tumultuado. Simplício Dias da Silva não assume o Governo, pois espera que o Governo caísse. A Vila de Parnaíba adere à Confederação do Equador. Oeiras elege um presidente temporário da Junta Governativa, Manuel de Souza Martins, escolhido para enfrentar a crise. Martins toma posse das funções que já exerce desde 24 de janeiro de 1823. Odilon Nunes atribui a Martins uma grande habilidade política, com a qual consegue unir a província e sufocar os separatistas republicanos. Para Odilon, portanto, com Martins o Piauí conhece a ordem.

O volume três das *Pesquisas* trata da Balaiada, movimento popular que teve grande força na região que hoje conhecemos como Nordeste, notadamente em sua parte Ocidental, formada pelos atuais Estados do Maranhão e Piauí. Em fins de 1838 começa no Maranhão a maior revolta popular do período regencial, que atinge Piauí, Ceará e Bahia. Odilon Nunes analisa esse conflito como uma revolução legítima, distinguindo assim sua posição de outros historiadores que deveriam ser bem filhos das autoridades reacionárias de então (NUNES, 2007c). Solidifica sua defesa ao asseverar que o direito de co-participação da história é igual para todos os fatos históricos.

Para Odilon Nunes, o Piauí viveu um período tranquilo desde as lutas da independência à Balaiada. As dificuldades do povo, vítima de uma política despótica, pronunciava-se novo rompimento da ordem social. O estopim do conflito foi o recrutamento compulsório, arma terrível do despotismo. Esse recrutamento afetava principalmente os homens livres pobres de cor, escravizados e recorrentemente os inimigos das elites no poder. No período regencial, devido aos conflitos intensos, os recrutamentos se tornaram mais corriqueiros. Com a reforma do ato adicional (lei dos prefeitos e demais providências) o poder ficara mais centralizado.

Assim, a revolta não tinha apenas o caráter popular. Raimundo Gomes, chefe da revolta, penetra o Piauí e cria-se tensão em várias vilas. Alia-se no Piauí a Lívio Lopes Castelo Branco, que ao contrário de Raimundo Gomes, um homem simples, era um grande proprietário e desafeto político figadal de Manoel de Souza Martins. As posições de Odilon Nunes em considerar a Balaiada como legítima revolução popular contra uma elite opressora, não o fazem ter embargos àqueles que se posicionaram no anverso ao movimento balaio. Assim, seus escritos não apagam o destaque e as qualidades dos grandes sufocadores da revolta, como Manuel Clementino, Antônio Mendes e Manoel de Souza Martins. Odilon estende que eram homens do seu tempo e que lutaram bravamente pelos ideais que defendiam. Entende-os como virtuosos ao conseguirem ter estratégias militares e coragem, ape-

sar de em alguns momentos emitir valores humanistas ao deplorar-lhes a falta de generosidade.

Os conflitos entre balaios e as forças oficiais deram-se em várias regiões. No Piauí, há registros de escaramuças desde o Sul, na região onde hoje está a cidade de Curimatá e em outras áreas do Vale do Gurgueia, até no Norte do Estado, em locais como a Barra do Longá. O movimento, nascido e fortalecido no Maranhão, chegou mesmo a atingir o Ceará e até a porção Norte da Bahia. A exaustão de Manoel de Sousa Martins, segundo Nunes, tem seu início na Balaiada, que traz consequências para seu declínio, mostrando que mesmo os mais fortes certamente irão experimentar em algum tempo a derrocada. Odilon Nunes atribui caráter positivo a Manoel de Sousa Martins, pois o mesmo resistiu às ideologias políticas diferentes por mais de 20 anos e se manteve no poder, conseguiu manter a paz e foi no final de sua vida silenciado. Segundo Odilon Nunes, a história fará a honra de lembrá-lo pelos seus grandes serviços. No seu tempo, porém, ao menos por parte do Imperador Dom Pedro II, Martins teve reconhecimento, pois o monarca deu a ele o título nobiliárquico de Visconde da Parnaíba.

Em seu terceiro volume, as *Pesquisas* apresentam que, após mais de 20 anos do Piauí sendo governado pelo Visconde da Parnaíba, assume a governança José Ildelfonso de Sousa Ramos, em 1 de setembro de 1843. Apesar de troca de nomes, não houve mudança partidária, porque Ramos era filiado ao mesmo Partido Conservador de Martins (NUNES, 2007d). Ildelfonso Ramos busca fazer uma reforma administrativa, tanto dos municípios quanto da Guarda Nacional, além de promover ações que visavam à prosperidade da província. Nesse sentido, é razoável lembrar que no mesmo período, a Câmara de Campo Maior oficializa em 18 de abril de 1844 que a navegação do rio Parnaíba é fundamental para a riqueza do Piauí, mostrando assim larga visão.

As ideias de uso do Parnaíba como via de comunicação e transporte se complementam ao apoio que Ildelfonso Ramos dá à mudança da capital, para as margens do Parnaíba, para, assim, tirar o Piauí do isolamento e fomentar o comércio. Além disso, Odilon Nunes mostra as lutas partidárias, como a montagem de Ildelfonso de dispositivo partidário para dar a sua administração. Em 10 de junho de 1844, Ramos nomeia Rio Prado em lugar de Manuel Joaquim para o cargo de chefe da polícia. No final de sua mandato, Ildelfonso convoca a eleição para deputados. Quem realiza eleição é seu sucessor, Francisco Xavier de Cerqueira. O que se ver seguidamente, então, são disputas partidárias e familiares para manutenção no poder. Odilon Nunes assevera que os três governos que sucederam ao Visconde da Parnaíba pouco fizeram pela coisa pública. As lutas partidárias e o banditismo não

permitted the governability. It is perceived that none of the governors who succeeded the long-lived Visconde were of ephemeral passage.

In the chapter *Em busca de organização*, Odilon Nunes highlights the government of Zacarias Goes, who attempts to organize public affairs and propitiously brings to Piauí a social improvement (NUNES, 2007d). He creates schools, such as the Liceu, initiates the construction of the Hospital of Charity and organizes the Public Estate, to better address fiscal issues, in addition to worrying about the infrastructure, giving order to the construction of roads and bridges. According to Odilon Nunes, crime in Piauí recedes with the partisan struggles, between families, in 1844 and 1845. In the middle of these partisan and family disputes, the most common crimes are homicides (especially passionate) or over the domain of land.

As for the work of the slave, Odilon Nunes gives his version of what in Piauí, due to the nature of the extensive pecuária activity, the relationship between masters and captives was in some way softened. In his view, the leniency of slavery in Piauí resulted from the fact that the pecuária had given a certain human dignity to the Africanized slave.

The transfer of capital, according to Odilon Nunes, was, above all, motivated by economic issues. He envisions the political power of the provincial president, José Antônio Saraiva (1850-53) and in his capacity of persuasion, essential elements to erect the new capital. He places private initiative as the preponderant factor to give reality to the transfer, as it overweighs the investments of the government. Teresina, soon after being inaugurated, is illuminated by kerosene, in addition to other particularities.

In the topic *Transportes e Comunicações - fontes econômicas*, Odilon Nunes describes the means of transport that favor development, giving the main emphasis to fluvial navigation, with the river Parnaíba as the main route. This has been considered since the 19th century by the manifestation of the Chamber of Campo Maior, as already stated. Odilon Nunes believes that navigation did not succeed due to the low demographic density, as it did not develop an internal market, in addition to isolation and lack of industry. Despite generating development, navigation presented deficits.

In *A Guerra do Paraguai*, Nunes gives emphasis to the contribution of the Piauí in the unfolding of the conflict (1864-1870). Thus, the Piauí Francisco José Furtado, who headed the Ministry in 1864, gains emphasis, as he exercised his function in a period of banking and commercial crisis. Even so, he revealed the capacity for solutions that were not only practical, but wise and satisfactory. Another prominent Piauí figure highlighted by Nunes is João da Cunha Lustosa Parnaguá, the Marquis of Paranaguá, friend of

imperador Pedro II, tendo ocupando cargos como o de ministro da Guerra. Nessa condição, foi essencial para a organização do Exército, acabando as dissensões. Depois de dar destaque a alguns piauienses, Nunes volta sua narrativa para a situação no Piauí, que era governado por Franklin Américo de Meneses Dória. Este convoca os piauienses a participar da guerra e não se decepciona, pois há um grande número de voluntários, das mais diversas estruturas sociais, como negros e intelectuais. Este grande contingente acaba desencadeando falta de alimentos na província. Mais de 3.000 piauienses vão a guerra, dando assim uma contribuição de amor a pátria.

Em *A Abolição* o destaque vai para a cooperação de muitos abolicionistas piauiense – como Frederico Leopoldo César Burlamaque, que em 1837 escreveu *Memória Analítica acerca de escravos e acerca dos males da Escravidão doméstica e Sistema de medidas para a progressiva e total extinção do tráfico da escravatura no Brasil*; e Doutor José Manuel de Freitas, outro grande abolicionista. Conforme já posto anteriormente, para Odilon Nunes o escravo no Piauí não sofrera muito comparado com as regiões das grandes produções monoagrárias. Apesar disso, se posiciona claramente contra a escravidão, adjetivando-a com insensibilidade moral, brutalizando a raça humana. Quanto às consequências da abolição no Piauí, destaca que não houve grande impacto, a não ser de alegria, pois não existia discriminação de raça ou social.

Em *Catequese e tentativas de colonização – epidemia* são mostradas as tentativas de colonização, todas com o propósito econômico, sendo os aldeamentos as primeiras tentativas. Os aldeamentos foram iniciativas fracassadas devido à falta de infraestrutura. Em meio a essas tentativas pouco produtivas de catequese e colonização, as epidemias eram uma constante, notadamente de doenças como a febre amarela e a varíola.

Em *Educação e cultura*, Odilon Nunes oferece o panorama da educação e da cultura, setores ligados. Para ele, são ações que se desenvolvem tardiamente no Piauí. Nessa seção, lista os intelectuais que se destacaram, como João Pinheiro, Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco, Lucídio Freitas, Hermínio Castelo Branco. Considera o padre Miguel de Carvalho nosso primeiro historiador. Destaca que os piauienses mais se abrilhantaram nas as ciências, como Francisco da Costa Alvarenga, para ele o maior nessa área, além de Frederico Leopoldo César Bulamarque. Também cita os grandes políticos como o Marquês de Parnaguá, Francisco José Furtado e Simplício Coelho de Resende. Tece a história dos estabelecimentos educacionais no Piauí, ressaltando que apenas o Liceu permaneceu forte, apesar de sua precariedade.

Odilon Nunes oferece um tópico a *Vitório da Costa e sua administração no*

*Piauí*. Ressalta-o como homem virtuoso. Chega ao Piauí em 1883 e tenta tirar a província da crise econômica. O que foi embargado devido ao empecilho das elites, e do Partido Conservador.

Percebe-se que num todo, Nunes aborda basicamente temas ligados à economia, à sociedade, à administração e outros relacionados ao que se poderia, grosso modo, chamar de estrutura do Estado, todos permitindo compreender a formação econômica e social do Piauí desde o período colonial. A economia é uma preocupação inerente a Odilon Nunes na construção da história do Piauí, desde o *Piauí na história*, passando pelas *Monografias*, até chegar às *Pesquisas*.

## Dimensões teóricas e metodológicas

Para Erasmo Celestino, Odilon Nunes lança um olhar sobre a história do Estado fundado na concepção de o *Piauí na história* (1931), obra que resulta uma história total e globalizante. É uma história que se pretende objetiva, imparcial, verdadeira, científica fundamentada na documentação primária da Casa Anísio Brito e em autores que recorre para complementar as fontes originais de Arquivo Público ou para proporcionar-lhe sustentação teórica (QUEIROZ, 2006). Algumas referências, nas *Pesquisa* volume I são Serafim Leite (*História da Companhia de Jesus*), Capistrano de Abreu (*Caminhos*) e Pedro Calmon (*História do Brasil*). Estas dão o suporte para fazer conexões entre a história do Piauí e a história do Brasil. Em se tratando de história do Piauí, as fontes principais são as suas *Monografias* e a obra que lhe dá maior sustentação - um norteador - de Pereira da Costa, *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*.

Nas *Pesquisas* volume II dialoga com autores como Sérgio Buarque (*Raízes do Brasil*), Fustelde Coulanges (*A Cidade Antiga*), Euclides da Cunha (*À margem da História*), Oliveira Vianna (*O Povo brasileiro e sua Evolução*) e Augusto Olímpio Viveiros de Castro (*Manifestação de Sentimento Constitucionalista no Reino Unido*). Em se tratando de Piauí, mantém conexão com Abdias Neves (*A guerra do Fidié, A Confederação do Equador*), Pereira da Costa (*Cronologia Histórica do Estado do Piauí*), Esmeraldo de Freitas (*O Visconde da Parnaíba*) e Anísio Brito (*Instrução pública no Piauí e Ligeiras notas sobre o ensino Primário*). Em anexo coloca 38 documentos versando sobre o processo de independência no Piauí.

Nas *Pesquisas* volume III, destacamos os diálogos que Nunes estabelece com as obras de Guilherme Bauer (*Introducciónal estúdio de ia História*), João Honório Rodrigues (*Teoria da História do Brasil*), Pereira da Costa (*Cronologia Histórica do Estado do Piauí*), Abdias Neves (*O cerco de Oeiras em 1855*) e Capistrano de Abreu (*Ensaio e Estudos*).

Destacamos nas *Pesquisas* volume IV o diálogo com Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil Contemporâneo; Evolução Política do Brasil e outros Estudos*), Oliveira Vianna (*O Povo Brasileiro e sua Evolução; O Império Brasileiro*), Clodoaldo Freitas (*Vultos Piauienses*), Anísio Brito (*Contribuição do Piauí na Guerra do Paraguai*), Abdias Neves (*O cerco de Oeiras em 1855*), Padre Chaves (*Teresina – subsídios para a história do Piauí*), Tasso Fragoso (*História da Guerra do entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*) e Pereira da Costa (*Cronologia Histórica do Estado do Piauí*). O documento é a base das *Pesquisas*, como bem descreve o próprio Odilon Nunes: “Nas pesquisas procuramos seguir as pegadas de Abdias Neves e Antonino Freire. Fizemos o possível para assentar nossa história em bases documentais, colhidos em fontes originais” (NUNES, 2007d, p. 13). Para se realizar revisão histórica, onde mais se pode fazer se não verificar nas fontes primárias? Em Odilon Nunes, a fonte era o lugar primordial da verdade, o documento deveria ser lido com vagar. Esse processo de revisão, para Odilon Nunes, tem início no começo do século XX com Antonino Freire.

Entrávamos numa fase de revisão histórica, e o Piauí, sob esse aspecto, em relação a outras unidades da Federação Brasileira, oferecia o mais importante instrumento, senão o imprescindível para o êxito do objetivo que se impunha no momento: o arquivo, o seu arquivo quase intacto.” (NUNES, 2007d, p. 11).

Por ser obra grandiosa, fruto de décadas, o conjunto das *Pesquisas* sugere que foram escritas em períodos diferentes, assim as tensões derivam da reescrita permanente, da incorporação de novos documentos e o panorama social em constante transformação.

É possível afirmar ser um positivista, sem que isso enuncie ou signifique qualquer estigma ou preconceito. O positivismo é visto aqui no sentido do rigor documental, como a imperiosa necessidade de provar aquilo que se afirma em fontes escritas e de busca de uma aproximação perfeita como real. É difícil inserir a escrita de Nunes em uma única perspectiva historiográfica, isso porque nas referências utilizadas para a elaboração das *Pesquisas para História do Piauí* encontram-se autores de distintas vertentes historiográficas, filosóficas e literárias. Para Filho (2012), as “*Pesquisas* não é texto tão árido como avaliam alguns estudiosos, possui movimento, sujeitos, ação. Escrita coerente ao modo de viver de seu autor, é uma discreta declaração de amor ao Piauí” (p.181). Ademais, a escrita odiloniana está longe de incorporar dimensão mais humanista.

Vale lembrar que o documento é uma vida em estado de suspensão. Requer um animador para vir-a-ser. Sem ele não há possibilidade de se fazer uma leitura lógico-histórico do passado, reelaborá-lo. Estimula a fonte a falar, a sorrir, a sair de sua

mudez arquivar e propor-se a refletir acerca do imaginário, do modo, da esperança, das propostas de uma época (CELESTINO, 1996).

## Considerações finais

Concluimos que há subsídios, quanto aos recortes temáticos, de basicamente temas ligados à economia, à sociedade, à administração e outros relacionados ao que se poderia, grosso modo, chamar de estrutura do Estado, todos permitindo compreender a formação econômica e social do Piauí desde o período colonial. No que se refere às dimensões teóricas e metodológicas é possível afirmar ser um positivista, no sentido do rigor documental, como a imperiosa necessidade de provar aquilo que se afirma em fontes escritas e de busca de uma aproximação perfeita como real.

É difícil inserir a escrita de Nunes em uma única perspectiva historiográfica, isso porque nas referências utilizadas para a elaboração das *Pesquisas para História do Piauí* encontram-se autores de distintas vertentes historiográficas, filosóficas e literárias. Não pretendemos ser conclusivos, pois há que se ter estudos mais aprofundados sobre Odilon Nunes e as *Pesquisas*.

## Referências

FILHO, Alcebíades Costa. **História da Educação no Piauí: história e pesquisa**. Revista FSA – Teresina, 2012.

CELESTINO, Erasmo. **Odilon Nunes: Historiador e educador**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 1996.

QUEIROZ, Teresinha. **Odilon Nunes: história e erudição**. Revista Presença. *Odilon Nunes: o ícone iluminado das histórias do povo piauiense*. Ano XXIV – Nº 44. Teresina: FUNDAC, 2009.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí: Pré-história**. Primros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo. Vol 1. Teresina: FUDAPI; FMC, 2007a.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para história do Piauí: a Independência do Brasil, especialmente no Piauí**. Manifestações republicanas. A ordem. Vol 2. Teresina: FUDAPI; FMS, 2007b.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí: A Balaiada**. Início da luta no Maranhão e Piauí. Vol 3. Teresina: FUDAPI; FMC, 2007c.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para história do Piauí**: Lutas partidárias e a situação da Província. Em busca de organização: escola e trabalho. 2007. Vol 4. Teresina: FUN-DAPI; FMC, 2007d.